



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**

**DE**

**REBORDÕES-SOUTO**

# **REGIMENTO**

Aprovado em Assembleia de Freguesia aos  
dezasseis dias do mês de dezembro de dois  
mil e dezassete

A Presidente da Assembleia de Freguesia de  
Rebordões-Souto

---



## **CAPÍTULO I**

### **DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA**

#### **Artigo 1º**

##### **Natureza e Âmbito do Mandato**

- 1** – Os membros da Assembleia de Freguesia de Rebordões-Souto representam os habitantes da área da Freguesia de Rebordões-Souto, do Concelho de Ponte de Lima.
- 2** – A Assembleia de Freguesia de Rebordões-Souto tem competência regulamentar própria nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autarquias com poder tutelar.

#### **Artigo 2º**

##### **Duração**

- 1** – O mandato dos membros da Assembleia de Freguesia de Rebordões-Souto inicia-se com a sessão destinada especialmente à verificação de poderes e cessa com igual sessão posterior à eleição subsequente, sem prejuízo de cessação por outras causas previstas na Lei.

#### **Artigo 3º**

##### **Verificação de Poderes**

- 1** – Os poderes dos membros da Assembleia de Freguesia de Rebordões-Souto são verificados pelo Presidente da Assembleia cessante ou, na sua falta, pelo cidadão mais bem posicionado na lista vencedora.
- 2** – A verificação dos poderes consiste na verificação da identidade e legitimidade dos eleitos e ocorrerá na sessão especial do Ato de Instalação dos Órgãos da Freguesia.

#### **Artigo 4º**

##### **Sede**

- 1** – A Assembleia de Freguesia de Rebordões-Souto tem a sua sede no edifício da sede da Freguesia, sito na Rua de S. Salvador de Souto de Abade, n.º 1530 desta Freguesia de Rebordões-Souto e Concelho de Ponte de Lima.

#### **Artigo 5º**

##### **Lugar das Sessões**

- 1** – As sessões da Assembleia de Freguesia realizam-se na sede indicada supra.



2 – Excecionalmente e por razões justificadas, as sessões podem realizar-se noutro lugar, para o efeito julgado conveniente.

### **Artigo 6º**

#### **Renúncia ao Mandato**

1 – Os membros da Assembleia de Freguesia podem renunciar ao mandato mediante declaração escrita e dirigida ao Presidente da Assembleia, o qual deverá tornar pública a ocorrência por editais, a afixar nos locais de estilo.

2 – O Presidente da Assembleia providencia a imediata substituição do renunciante, sendo que esta se processará de acordo com o estabelecido na Lei.

### **Artigo 7º**

#### **Perda de Mandato**

1 – Perdem o mandato os membros que:

- a) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição;
- b) Sem motivo justificativo não compareçam a três sessões ou a seis reuniões seguidas ou a seis sessões ou doze reuniões interpoladas;
- c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
- d) Intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, relativamente ao qual se verifique impedimento legal;
- e) Pratiquem ou sejam responsáveis pela prática de atos que sejam fundamento da dissolução do Órgão.

2 – A decisão de perda de mandato é da competência do Tribunal Administrativo de Círculo, podendo qualquer membro do órgão interpor a respetiva Ação Judicial.

### **Artigo 8º**

#### **Suspensão do Mandato**

1 – Os membros da Assembleia de Freguesia de Rebordões-Souto podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.

2 – O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente da Mesa e apreciado pelo plenário da Assembleia de Freguesia, na primeira reunião imediata à sua apresentação.



**3 –** Determinam a suspensão do mandato:

- a) Deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e apreciado pelo plenário, na reunião imediata à sua apresentação;
- b) Procedimento criminal nos termos em que a lei determina a suspensão de funções dos funcionários públicos por motivo de despacho de pronúncia transitada em julgado.

**4 –** A suspensão do mandato não poderá ultrapassar 365 dias no decurso do mandato, salvo o caso previsto na alínea b) do n.º 3 e se, no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.

**5 –** Por motivo relevante entende-se, em especial:

- a) Doença comprovada;
- b) Atividade profissional inadiável;
- c) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
- d) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.

**6 –** No caso da aliena a) do n.º 3 a suspensão do mandato cessa pelo decurso do período respetivo ou pelo regresso antecipado do membro da Assembleia, devidamente comunicado, pelo próprio, ao Presidente da Mesa.

**7 –** Durante o seu impedimento, o membro da Assembleia será substituído nos termos estipulados na lei.

**8 –** Logo que o membro da Assembleia retome o exercício do seu mandato, cessam, automaticamente, nessa data, todos os poderes de quem o tenha substituído.

## **Artigo 9º**

### **Substituição por Período Inferior a trinta dias**

**1 –** Os membros da Assembleia podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até trinta dias.

**2 –** A substituição é efetuada através de comunicação à Mesa da Assembleia de Freguesia, até 24 horas antes da realização da sessão, salvo casos de impedimento de última hora, devidamente justificados.

**3 –** Na comunicação da ausência do membro da Assembleia de Freguesia deve o líder da bancada respetiva indicar o nome do elemento que o vai substituir na sessão.

## **Artigo 10º**

### **Preenchimento de Vagas**

**1 –** As vagas ocorridas na Assembleia de Freguesia e respeitantes a membros eleitos diretamente são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva



lista, ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.

**2** – Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato será conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

### **Artigo 11º**

#### **Deveres dos Membros da Assembleia**

**1** – Constituem deveres dos membros da Assembleia:

- a) Participar nas sessões da assembleia e das comissões de que façam parte, nomeadamente nas discussões e votações;
- b) Desempenhar os cargos da Assembleia e as funções para que sejam eleitos ou designados;
- c) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia;
- e) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e prestígio dos trabalhos da Assembleia de Freguesia e, em geral, para a observância da Constituição, das leis e regulamentos;
- f) Justificar as faltas;
- g) Não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções quer invocando a qualidade de membro da assembleia;
- h) Não usar, para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso no exercício das suas funções;
- i) Não celebrar com a autarquia qualquer contrato, salvo de adesão;
- j) Manter um contacto estreito com as populações, organizações populares de base territorial e coletividades da área da Freguesia.

**2** – As faltas têm de ser justificadas por escrito no prazo de 5 dias a contar da data da reunião em que se tiverem verificado.

### **Artigo 12º**

#### **Direitos dos Membros da Assembleia**

**1** – Constituem direitos dos membros da Assembleia, a exercer nos termos da lei e deste Regimento:

- a) Participar nas discussões;



- b) Apresentar moções, requerimentos e propostas sobre matéria da competência da Assembleia;
- c) Invocar o Regimento e apresentar reclamações, protestos e contraprotostos;
- d) Desempenhar funções específicas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia da Freguesia;
- e) Solicitar à Junta de Freguesia, por intermédio do Presidente da Mesa, as informações, esclarecimentos e publicações oficiais que entendam necessários, mesmo fora das sessões da Assembleia;
- f) Propor alterações ao Regimento, nos termos do artigo 30º do presente Regimento;
- g) Propor à Assembleia de Freguesia a delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade, nas organizações populares de base territorial;
- h) Proteção penal conferida aos titulares dos cargos públicos pelo n.º I do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65/84, de 24 de fevereiro;
- i) Senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária da Assembleia e das comissões a que compareçam, que corresponde a 5% da compensação do Presidente da Junta;
- j) Seguro de acidentes pessoais mediante deliberação da Assembleia de Freguesia, que fixara o seu valor.
- k) Apoio nos processos judiciais em que sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte do membro da Assembleia;
- l) Dispensa das suas funções profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, quando o exija a sua participação em atos relacionados com as suas funções de eleitos, designadamente em reuniões da assembleia e comissões a que pertencem ou em atos oficiais a que devem comparecer.

**2** – As senhas de presença, e demais despesas relacionadas com os direitos dos membros da Assembleia de Freguesia serão suportados pelo Orçamento da Junta de Freguesia.

### **Artigo 13º**

#### **Poderes dos membros da Assembleia de Freguesia**

Constituem poderes dos membros da Assembleia de Freguesia:

- a) Participar nas discussões e votações;
- b) Apresentar moções, requerimentos, propostas, declarações de voto e pontos de ordem a mesa;
- c) Invocar o Regimento, interpelar a mesa e apresentar protestos e contraprotostos;



- d) Apresentar votos de louvor, congratulação ou pesar;
- e) Propor alterações ao Regimento;
- f) Solicitar ao órgão executivo, através da mesa e em qualquer momento, as informações e esclarecimentos sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores;
- g) Propor a realização, pelas entidades competentes, de inquéritos a atuação dos órgãos autárquicos;
- h) Propor recomendações a Junta de Freguesia;
- i) Desempenhar funções específicas na Assembleia.

## **CAPÍTULO II**

### **DA MESA DA ASSEMBLEIA**

#### **Artigo 14º**

##### **Composição da Mesa**

- 1** – A Mesa da Assembleia é composta pelo Presidente, um Primeiro e um Segundo Secretários. O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia de Freguesia.
- 2** – O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário.
- 3** – Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para a integrar.
- 4** – A Mesa será eleita pelo período do mandato.

#### **Artigo 15º**

##### **Mandato e Destituição da Mesa**

- 1** – Os membros da Mesa da Assembleia podem ser destituídos pela Assembleia em qualquer altura por deliberação fundamentada, tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.

#### **Artigo 16º**

##### **Competências da Mesa**

- 1** – Compete à Mesa da Assembleia de Freguesia:
  - a) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
  - b) Deliberar sobre questões de interpretação e de integração de lacunas do Regimento;



- c) Encaminhar, em conformidade com o Regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia e da Junta de Freguesia;
  - d) Comunicar à Assembleia de Freguesia as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer dos seus membros;
  - e) Dar conhecimento à Assembleia de Freguesia do expediente relativo aos assuntos relevantes;
  - f) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia de Freguesia;
  - g) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam cometidas pela Assembleia de Freguesia;
  - h) Exercer as demais competências legais.
- 2** – O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à Mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado.
- 3** – A decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
- 4** – Das deliberações da Mesa cabe recurso para o plenário da Assembleia de Freguesia.

### **Artigo 17º**

#### **Competências do Presidente da Mesa**

- 1** – Compete ao Presidente da Mesa, quanto aos trabalhos da Assembleia de Freguesia:
- a) Representar a Assembleia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
  - b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias nos termos da Lei e do presente Regimento;
  - c) Admitir ou rejeitar as propostas, reclamações ou requerimentos, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito do recurso dos seus autores para a Assembleia, no caso de rejeição;
  - d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
  - e) Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
  - f) Conceder a palavra e assegurar o cumprimento da Ordem de Trabalhos;
  - g) Dar oportuno conhecimento à Assembleia de Freguesia das informações, explicações e convites que lhe forem dirigidos;
  - h) Pôr à discussão e votação, as propostas e os requerimentos apresentados;
  - i) Assinar as atas e os documentos a serem expedidos pela Assembleia;
  - j) Assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações da Assembleia;
  - k) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por Lei, pelo Regimento e pela Assembleia de Freguesia.





## **Artigo 18º**

### **Competências dos Secretários**

- 1** – Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções, nomeadamente;
  - a) Proceder à conferência das presenças nas sessões;
  - b) Verificar em qualquer momento a existência de quórum;
  - c) Registrar as votações;
  - d) Ordenar a matéria a submeter à votação;
  - e) Organizar as inscrições dos membros da Assembleia que pretendam usar da palavra, bem como do público presente, no período a ele destinado;
  - f) Assinar, em caso de delegação do Presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia;
  - g) Servir de escrutinadores;
  - h) Elaborar as atas das Sessões.

## **CAPÍTULO III**

### **DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA**

## **Artigo 19º**

### **Sessões Ordinárias e extraordinárias**

#### **Artigo 19º - A**

##### **Sessões Ordinárias**

- 1** – A Assembleia de Freguesia, reúne em quatro sessões ordinárias anuais, em abril, junho, setembro e novembro ou dezembro.
- 2** – As sessões serão convocadas pelo Presidente da Assembleia com o mínimo de oito dias de antecedência (por meio de carta registada dirigida a cada um dos seus membros e ao Presidente da Junta ou por protocolo ou por via informática, se for essa a vontade expressa de todos os membros).
- 3** – O envio das convocatórias será promovido pela Junta de Freguesia.
- 4** – A Junta de Freguesia efetuará as diligências necessárias à afixação, dentro do prazo do n.º 2 deste artigo, de editais no seu próprio edifício, bem como nos lugares de estilo com acesso ao público.
- 5** – A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior



devem ter lugar na primeira sessão e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na quarta sessão, salvo o disposto no artigo 61.º

### **Artigo 19º - B**

#### **Sessões Extraordinárias**

**1** – A Assembleia de Freguesia reúne em sessão extraordinária por iniciativa da mesa ou após requerimento:

- a) Do presidente da junta de freguesia, em cumprimento de deliberação desta;
- b) De um terço dos seus membros;
- c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no Recenseamento Eleitoral da Freguesia de Rebordões-Souto equivalente a 30 vezes o número de elementos que compõem a assembleia de freguesia, ou seja, 270 eleitores (correspondente ao resultado da operação  $30 \times 9$  eleitores).

**2** – O Presidente da Assembleia de Freguesia, no prazo de cinco dias após a iniciativa da mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da assembleia de freguesia.

**3** – A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de dez dias após a sua convocação.

**4** – O envio das convocatórias será promovido pela Junta de Freguesia.

**5** – A Junta de Freguesia efetuará as diligências necessárias à afixação, dentro do prazo do n.º 2 deste artigo, de editais no seu próprio edifício, bem como nos lugares de estilo com acesso ao público.

**6** – Quando o Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos números 2 e 3 do presente artigo e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.

### **Artigo 20º**

#### **Publicidade**

**1** – As sessões da Assembleia são públicas, nos termos da lei e do presente Regimento, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir.

**2** – A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas.

**3** – A violação do disposto no número anterior é punida com coima de €150 a €750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do presidente do respetivo órgão.



## **Artigo 21º**

### **Quórum**

- 1 - A Assembleia só pode funcionar com a presença da maioria do número legal dos seus membros.
- 2 - As deliberações da Assembleia são tomadas à pluralidade de votos com a presença da maioria legal dos seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.
- 3 - As abstenções não contam para o apuramento da maioria.
- 4 - Verificada a inexistência de quórum, o Presidente designa outro dia para nova sessão que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos do Artº 18.º deste Regimento.
- 5 - Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e as ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

## **Artigo 22º**

### **Direito a Participação sem Voto na Assembleia**

- 1 – Tem direito a participar na Assembleia de Freguesia, sem direito a voto:
  - a) Os membros da Junta de Freguesia;
  - b) Dois representantes de organizações populares de base territorial, constituídas na área da Freguesia, nos termos da Constituição e devidamente credenciados para este ato;
  - c) Dois representantes dos requerentes das sessões extraordinárias, convocadas nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 12.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **Artigo 23º**

### **Funcionamento das Sessões**

- 1 – Da Ordem de Trabalhos fará parte um período, designado “Antes da Ordem do Dia”, não superior a sessenta minutos, destinado a tratar, pelos membros da Assembleia, dos seguintes assuntos:
  - a) Apreciação e votação da ata da sessão anterior;
  - b) Leitura resumida de expediente e dos pedidos de informação e esclarecimentos e respetivas respostas, que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia;
  - c) Deliberação sobre votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, que incidem sobre matéria da competência da Assembleia;
  - d) Interpeleções, mediante perguntas à Junta, sobre assuntos da administração da Freguesia;
  - e) Apreciação de assuntos de interesse local;



- f) Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer membro ou solicitados pela Junta e que incidam sobre matéria de competência da Assembleia.

**2** – O período da “Ordem do Dia” será destinado, exclusivamente, à matéria constante da convocatória.

**3** – Entre o período “Antes da Ordem do Dia” e o período da “Ordem do Dia”, haverá um período não superior a uma trinta minutos reservado a intervenção do público e destinado ao pedido e prestação de esclarecimentos sobre assuntos do interesse da Freguesia.

**4** - O uso da palavra será concedido pelo Presidente da Mesa, mediante prévia inscrição dos interessados, no momento julgado mais conveniente para o bom andamento dos trabalhos da Assembleia.

**5** – Nos períodos de “Antes da Ordem do Dia” não serão tomadas deliberações, excetuando as previstas expressamente no presente Regimento.

**6** – As sessões só podem ser interrompidas, por decisão do Presidente da Assembleia, para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quórum.

## **Artigo 24º**

### **Uso da Palavra**

**1** – O uso da palavra será concedido pelo Presidente, nas seguintes condições:

1.1. Aos membros da Assembleia de Freguesia

- a) Para tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período de “Antes da Ordem do Dia”, não devendo o tempo exceder dez minutos por cada membro que, para tal, se inscreva e por uma só vez ou cinco minutos, por duas vezes;
- b) Para reclamações, recursos e protestos, limitando-se as intervenções à indicação sucinta do seu objetivo e fundamento e por tempo nunca superior a cinco minutos;
- c) Para exercer o direito de defesa;
- d) Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos;
- e) Para apresentação de propostas, limitando-se aquelas à indicação sucinta do seu objetivo, não podendo a apresentação exceder cinco minutos.

1.2. Aos membros da Junta de Freguesia

- a) Para tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período de antes da ordem dos trabalhos, não podendo o tempo da intervenção exceder dez minutos, por cada membro que para tal se inscreva e por só uma vez;



- b) Para intervir nos debates, devendo cada intervenção reger-se pelo disposto na alínea a);
  - c) Para apresentação do Plano de Atividades e Orçamento ou do Relatório de Contas de Gerência, intervenção que não poderá exceder trinta minutos.
- 1.3. Aos representantes de organizações populares de base territorial
- a) Par tratamento de assuntos de interesse local, a conceder no período de “Antes da “Ordem do Dia”, não devendo o tempo de intervenção exceder cinco minutos, por cada representante que tal se inscreva e por uma só vez;
  - b) Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.
- 1.4. Aos representantes dos requerentes das sessões extraordinárias
- a) Para apresentação e justificação do requerimento da sessão extraordinária, intervenção que não poderá exceder vinte minutos, para a totalidade dos representantes;
  - b) Para intervir nos debates, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.
- 2** – Os membros da Mesa que usarem da palavra reassumirão as suas funções imediatamente a seguir à sua intervenção.
- 3** – A palavra para esclarecimento limitar-se-á à formulação sintética da pergunta e da respetiva resposta sobre a matéria enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.
- 4** – Os membros da Assembleia que queiram formular pedidos de esclarecimento, devem inscrever-se logo que finde a intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição e por uma só vez.
- 5** – Por cada pedido de esclarecimento ou respetiva resposta não poderá ser excedido o tempo de três minutos.
- 6** – O disposto nos números anteriores poderá ser alterado por consenso da Assembleia ou concessão da Mesa, mas nunca em prejuízo dos direitos neles consignados.
- 7** – No uso da palavra, não serão permitidas interrupções, salvo com autorização do orador e do Presidente da Mesa.
- 8** – O Presidente advertirá o orador quando este se afaste do assunto em discussão ou as suas palavras sejam ofensivas, podendo o Presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.

## **Artigo 25º**

### **Deliberações e Votações**

- 1** – As deliberações da Assembleia são tomadas à pluralidade de votos, estando presentes a maioria do número legal dos membros da Assembleia, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.



- 2 – As votações realizar-se-ão por escrutínio secreto sempre que se realizem eleições ou estejam em causa pessoas.
- 3 – A votação, nos demais casos, será nominal, salvo se o Presidente da Mesa ou a Assembleia decidirem que os interesses em causa serão mais bem defendidos através de voto secreto.
- 4 – Serão admitidas declarações de voto orais por período não superior a três minutos, ou escritas, estas a remeter diretamente à Mesa, que as mandará inserir na ata.
- 5 – Só poderá haver uma declaração de voto oral por cada membro da Assembleia de Freguesia.
- 6 – Os membros da Assembleia, incluindo o Presidente e os Secretários da Mesa, poderão abster-se por escrutínio nominal.
- 7 – O Presidente da Mesa tem voto de qualidade, valendo por dois o seu voto em caso de empate em votações por escrutínio nominal.
- 8 – Verificado empate numa votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação.
- 9 – Se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a sessão ou reunião seguinte.
- 10 – Se, na primeira votação dessa sessão ou reunião, se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

### **Artigo 26º**

#### **Publicidade das Deliberações**

- 1 – Para além da publicação no Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações dos Órgãos Autárquicos, bem como as decisões dos respetivos titulares, destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos dez dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
- 2 – Os atos referidos no número anterior são ainda publicados no sítio da Internet da Freguesia, no boletim da autarquia local e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da respetiva freguesia, nos trinta dias subsequentes à tomada de decisão.

### **Artigo 27º**

#### **Atas**

- 1 – De tudo o que ocorrer nas sessões ou reuniões será lavrada ata, a qual será elaborada pelo Secretário em quem tenha sido alocada a função, devendo ser subscrita e assinada por quem a lavrou e pelo Presidente da Mesa.



**2** – A ata pode ser aprovada em minuta no final da reunião, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, devendo, neste caso, a minuta ser logo assinada pelos membros da Mesa.

**3** – As deliberações da Assembleia de Freguesia só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.

**4** – As certidões das atas devem ser passadas, independentemente do despacho, pelos Secretários, dentro dos oito dias seguintes à entrada do respetivo requerimento.

**6** – As certidões das atas podem ser substituídas por fotocópias autenticadas quando o interessado assim o desejar ou sempre que, através desse meio, possam ser alcançados os mesmos objetivos.

**7** – Todas as pessoas jurídicas poderão requerer certidões ou fotocópias das atas.

#### **Artigo 28º**

##### **Formação das Comissões**

**1** – A Assembleia de Freguesia, ao criar comissões específicas, pode delegar essa tarefa em elementos estranhos à mesma na base do artigo 248º da Constituição da República Portuguesa, mas sempre coordenada por um membro da Assembleia que será eleito por esta.

**2** – Perde a qualidade de membro da comissão específica aquele que exceder o número regimentado de faltas injustificadas às respetivas reuniões.

#### **Artigo 29º**

##### **Serviços de Apoio**

**1** – Os serviços de apoio à Assembleia de Freguesia serão assegurados pelos serviços dependentes da Junta de Freguesia.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DESPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 30º**

##### **Interpretações**

**1** – Compete à Mesa, com recurso para a Assembleia, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas.



2. Servem de textos supletivos a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com todas as alterações posteriormente introduzidas, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação diretamente aplicável as autarquias locais.

### **Artigo 31º**

#### **Alterações**

- 1 – O presente Regimento poderá ser alterado pela Assembleia, por iniciativa de, pelo menos, um terço dos seus membros.
- 2 – As alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia em efetividade de funções.

### **Artigo 32º**

#### **Entrada em Vigor**

- 1 – O Regimento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação em ata e será publicado em edital e na página da internet da Junta de Freguesia.
- 2 – Depois de aprovado, será fornecido um exemplar do Regimento a cada membro da Assembleia e da Junta de Freguesia.

Rebordões-Souto, \_\_\_\_ de dezembro de 2017